

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

Análise do Tecon Santos 10 deve ser anulada, afirma Bruno Dantas

Ministro do TCU explica que alteração das regras pelo Governo Federal exigirá reinício do processo

TED SARTORI

DA REDAÇÃO

A mudança, pelo Governo Federal, na modelagem do leilão do Terminal de Contêineres (Tecom) Santos 10, no cais do Saboó, obrigará a anulação do processo já analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e o reinício da tramitação na Corte. A afirmação é do ministro Bruno Dantas, relator do processo que avaliou o projeto do megaterminal. Ele esteve ontem na abertura do 2º Congresso Nacional Portuário, em Santos, realizado pela Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP), com apoio da Autoridade Portuária de Santos (APS).

“Caso o Governo opte por modificar a modelagem aprovada, o processo deverá ser anulado e reiniciado, momento em que o TCU será chamado a se pronunciar novamente, analisando a conformidade da nova proposta”, disse Dantas.

Enquanto isso, o Governo Federal ainda discute qual formato adotará para o leilão, apesar de o projeto já ter passado pela



FOTOS SILVIO LUIZ

Bruno Dantas não quis falar sobre polêmica envolvendo licitação para um condomínio logístico no Porto

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pelo próprio TCU. Um grupo técnico criado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ainda não apresentou definição.

Em relação à modelagem encaminhada anteriormente ao TCU, Bruno Dantas explicou que coube ao Tribunal “verificar se o valor definido pelo órgão concedente é compati-

vel com os investimentos previstos e se a modelagem do leilão está alinhada às especificidades do mercado. Quanto a este ponto, o TCU já exauriu sua competência”.

Pelo modelo de leilão atual, empresas que já operam terminais de contêineres no Porto de Santos e armadores (donos de navios) ficam impedidos de participar da primeira etapa. Somente po-

deriam disputar uma eventual segunda fase, caso a primeira terminasse sem proposta válida. A Antaq havia defendido a restrição apenas aos operadores instalados em Santos, mas o TCU foi além e recomendou que todos os armadores fossem excluídos da primeira rodada.

“Tais recomendações possuem caráter orientativo e não vinculante. Cabe ao poder concedente deci-

dir se elas se alinham à política pública que pretendem implementar”.

SILÊNCIO

O ministro não quis falar a respeito da polêmica envolvendo o Consórcio Portolog, vencedor de licitação para implantação de um condomínio logístico para caminhões no Porto de Santos. O contrato firmado com a Autoridade Portuária de Santos (APS) havia sido suspenso na semana passada pelo plenário do TCU. Na última quarta-feira, a Corte de Contas derrubou a medida cautelar.

A suspensão havia sido pedida em representação protocolada no TCU no final de julho por parlamentares do partido Novo, que questionaram o processo que resultou na escolha do consórcio. Também foram levantados questionamentos envolvendo participação de familiares de Dantas no consórcio vencedor.

Quando perguntado por A Tribuna sobre o tema, o ministro balançou a cabeça negativamente, nada respondendo.

Segurança jurídica foi tema de abertura do evento

■ A conferência inaugural do 2º Congresso Nacional Portuário teve como tema “Segurança Jurídica, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade: os Desafios do Novo Sistema Portuário Brasileiro”.

A mesa foi presidida pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar Rodrigues. O tema foi apresentado pelo ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU).

A abertura foi feita pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. “O que se discute no Brasil é exatamente a seguran-



Congresso, que reúne autoridades do setor, prossegue hoje em Santos

ça jurídica. O que atrai o empreendedor? O principal fator é ele saber que o investimento dele estará assegurado por normas que tragam conforto de uma forma geral. Esse é o grande debate e, principalmente, para que os portos e as infraestruturas sensíveis em geral possam atuar de forma programada, com plano de ação, porém com mais eficiência e agilidade”, pontuou.

Ainda segundo Pomini, o 2º Congresso Portuário pode apresentar “soluções adequadas para que o Brasil continue avançando sobre esse tema que é essencial à infraestrutura nacional”.

SEGUNDO DIA

A programação do segundo e último dia do evento, hoje, começa às 9 horas. Serão seis painéis que irão tratar sobre assuntos variados ligados ao setor portuário.

O encerramento terá como tema “Governança Pública e Desenvolvimento Econômico: o Papel Estratégico dos Portos na Nova Economia Global”. A mesa será presidida por Anderson Pomini. O conferencista será o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo. (TS)